CEB GERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 04.232.314/0001-70

Q SGAN 601 CONJ. H SALAS 14,16, 17 E 18 TERREO
ED. ÍON – ASA NORTE - Brasília - DF - CEP 70.830-010

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, a Administração da CEB Geração S/A, gestora da usina denominada Pequena Central Hidrelétrica Paranoá – PCH Paranoá, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, apresenta suas Demonstrações Financeiras, bem como o Paracer do Conselho Fiscal e Relatório da Auditoria Independente, relativos ao exercício findo em 31/12/2021.

A CEB Geração S/A teve o fim de sua concessão em 29 de abril de 2020, após ter seu prazo postergado devido a repactuação do risco hidrológico, a qual fez adesão no ano de 2015. A partir de então, passou a ser "prestadora de serviço temporário de geração de energia" com vistas a dar continuidade no fornecimento de energia elétrica.

Em 13 de dezembro de 2021, foi publicado no DOU despacho do Ministro de Minas e Energia no qual resolve deferir o Pedido de Prorrogação de Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016 – ANEEL, celebrado entre a União e CEB Geração S/A, pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

Esse novo cenário, alinhado ao fato de que os equipamentos e estruturas da PCH Paranoá datam do início da década de 1960 e, portanto, já se encontram em estado de elevada depreciação, vida útil comprometida, obsolescência tecnológica, risco operacional e redução na produção de energia, impõe à CEB Geração S/A a elaboração e implementação de projeto de modernização e atualização tecnológica da PCH Paranoá, visando conferir-lhe maior produtividade, segurança e eficiência em sua capacidade de geração.

A EMPRESA

A CEB Geração S/A é Empresa Pública subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. Foi criada pela Lei Distrital Nº 2.648, de 26/12/2000 e é responsável pela prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá , conforme Portaria N° 190, de 20 de abril de 2020, do Ministério de Minas e Energia.

A empresa possui capital social de R$ 7.575.212,61 (sete milhões quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos) dividido em 7.575.212 (sete milhões quinhentas e setenta e cinco mil, duzentos e doze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O objeto social da empresa é a geração e comercialização da energia produzida pela Usina do Paranoá e por outros empreendimentos de geração que vier participar, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo constituir ou participar de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, como meio de realizar o seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

MISSÃO

Gerar energia elétrica com qualidade, de maneira sustentável, beneficiando a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

VISÃO

Até 2025 ser referência em geração de energia no Distrito Federal, buscando as melhores práticas em gestão e sustentabilidade.

VALORES

Legalidade: Estrita obediência à lei. Nenhum resultado poderá ser considerado bom, nenhuma gestão poderá ser reconhecida como de excelência à revelia da Lei.

Impessoalidade: Não fazer acepção de pessoas. A cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos de um serviço de qualidade e devem ser agregados a todos os clientes da empresa.

Moralidade: Pautar a gestão da CEB Geração S/A por um código moral de aceitação pública.

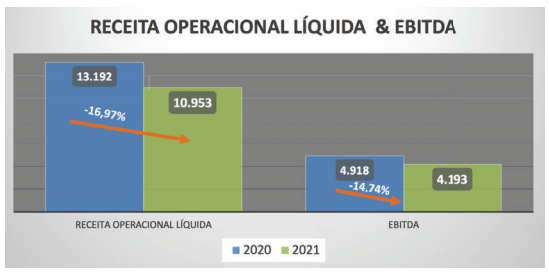
Transparência: Dar publicidade e consistência aos fatos e aos dados da CEB Geração S/A repassados aos Órgãos Fiscalizadores, Governo e Sociedade em geral.

Efetividade: Fazer o que precisa ser feito com o máximo de qualidade ao menor custo possível.

CONTEXTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Durante o exercício de 2021, a CEB Geração S/A foi responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, obtendo sua receita operacional por meio de tarifa pública (Receita Anual de Geração – RAG) homologada pela ANEEL, pela disponibilização, em regime de COTAS, da garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica.

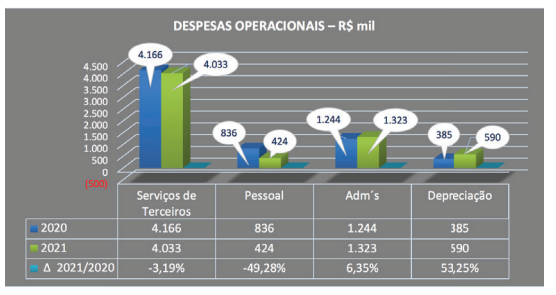
A receita operacional líquida da Companhia, em 2021, totalizou R$ 10.953 mil, com diminuição de 16,97% em relação ao ano de 2020. Tal variação se justifica em face do novo modelo de negócio da CEB Geração S/A, reestruturado, dada a alteração em seu regime de exploração, passando de Produtor Independente de Energia - PIE para Prestador de Serviço Temporário, com exploração de potencial hidráulico em regime de cotas.



DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	2021	2020
Receita Operacional Bruta	11.964	14.427
Receita Operacional Líquida	10.953	13.192
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	4.902	4.951
EBITDA	4.193	4.918
Lucro Líquido (Prejuízo)	4.092	4.273
Patrimônio Líquido	31.831	21.791

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Geração S.A.

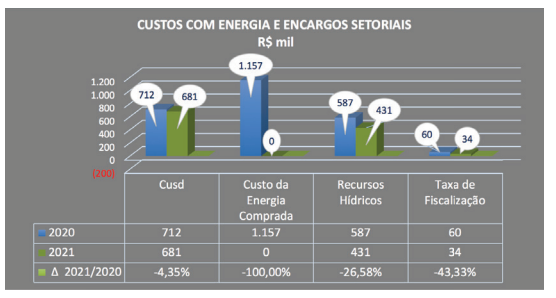
Do ponto de vista das principais despesas operacionais, em 2021 ocorreu uma diminuição de 3,19% na rubrica de serviços de terceiros em função das negociações para redução dos contratos de natureza continuada. No mesmo sentido, na rubrica pessoal foi implementada uma redução de 49,28% em comparação ao ano anterior, de R$ 836 mil em 2020, para R$ 424 mil em 2021, ou seja R$ 412 mil de economia.



Essas reduções decorreram de medidas de gestão adotadas pela Diretoria da CEB Geração S/A em face da redução da receita (tarifa pública), visando à susptentabilidade de longo prazo da Empresa, como forma de preservar seu fluxo de caixa e uma capacidade mínima de investimentos necessários à produção de eneregia da PCH Paranoá e da sua Barragem.

O pequeno aumento de 6,35% na rubrica de administradores foi motivado pelo implemento da Lei 13.303/16 e o efetivo pagamento de todos os membros do Conselho Fiscal.

Com relação a depreciação em 2021, houve um aumento de 53,2%, assim como observado nos anos anteriores. Essa despesa aumenta proporcionalmente ao aumento nos investimentos advindos da conclusão da implementação do Plano de Segurança de Barragem, da aquisição de moveis, da aquisição de equipamentos de informática e da aquisição de novos sistemas e equipamentos da PCH PA.



Do ponto de vista dos custos e encargos setoriais em 2021, houve uma redução dos gastos com o Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD em 4,3% com relação a 2020. Vale destacar a crescente redução no último ano no custo da energia comprada, isso por que a partir de maio de 2020 não ocorreu mais compra de energia dada a mudança para o regime de cotas, na qual o risco hidrológico fica com as distribuidoras de energia elétrica. Essa diminuição nos custos contribuiu para que a Companhia sustentasse um bom resultado.

Quanto aos principais encargos do setor que são os recursos hídricos e a taxa de fiscalização ANEEL, apresentou uma diminuição de 26,57% e 43,33% respectivamente no ano de 2021, o primeiro motivado pela crise hídrica e redução na eficiência da produção de energia e o segundo pela mudança do regime de exploração.

ESTRATÉGIA E GESTÃO

A estratégia de gestão da Companhia continua com foco em resultados.

Em 2021, a Diretoria da CEB Geração S/A adotou medidas de contenção de gastos para fazer face à redução das receitas operacionais decorrentes da alteração, pela ANEEL, do regime de exploração. Tais medidas objetvaram a preservação do fluxo de caixa da empresa a fim de garantir a continuidade dos investimentos para manter a produção de energia da PCH Paranoá e na sua Barragem.

Para 2022, tendo em vista a manutenção do resultado operacional positivo em face das referidas medidas de sustentabilidade, e com a prorrogação do Contrato de Concessão, já deferido pelo Ministério de Minas e Energia, a Companhia irá elaborar e implementar projeto de modernização dos equipamentos e atualização tecnológica da PCH Paranoá, conferindo-lhe maior produtividade, segurança e eficiência em sua capacidade de geração.

A modernização possibilitará não apenas a diminuição dos custos de operação e manutenção da PCH Paránoa mas, também, a manutenção e o incremento na sua produção de energia e consequentemente no seu resultado econômico-financeiro, viabilizando a capacidade de investimento da Companhia e possibilitando a implantação de novos negócios, principalmente relacionados à geração de energia hibridizada, aproveitando os recursos solares no Distrito Federal.

Não se pode olvidar da responsabilidade da CEB Geração, seus Administradores e Controladores com a manutenção da Barragem do Paranoá e sua adutora, sendo que estão previstos para o exercício de 2022 despesas com estudo hidrológico para previsão de abertura das comportas e gestão da cota do Lago Paranoá; manutenção no Sistema de Notificação em Massa; reformas no vertededouro, tomada dágua e chaminé de equilíbrio, bem assim a realização da Revisão Periódica de Segurança e simulação de situação de emergência, conforme previsto na Lei nº 14.066/20, na Resolução 696/15-ANEEL e no Plano de Segurança da Barragem.

Deve-se destacar, também, a melhoria contínua dos processos internos da Companhia, bem como a capacitação da sua equipe.

Registre-se que a CEB Geração S/A realizou todas as suas atividades empresariais com recursos próprios, compreendendo, entre outros: manutenção e aprimoramento da Barragem, operação e manutenção da PCH Paranoá, execução do controle efetivo da geração de energia e do volume de água no Lago Paranoá, assim como suas atividades de suporte administrativo, jurídico, contábil, econômico, financeiro, orçamentário e de suprimento, em conformidade com a legislação vigente local e federal.

GOVERNANÇA E REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA

A governança da empresa, nos termos de seu Estatuto, é composta pela Assembleia Geral, duas Diretorias e Conselho Fiscal.

Demais estruturas e regras de governança, requisitos de transparência, gestão de risco e controle interno são objeto de compartilhamento com a Companhia Energética de Brasília – CEB, nos termos do Decreto nº 37.967/17, do Estatuto Social da CEB Geração S/A.

O Decreto nº 37.967/17, art. 11, § 3º, estabelece que as subsidiárias poderão cumprir as exigências estabelecidas por este Decreto por meio de compartilhamento de custos, estruturas, políticas e mecanismos de divulgação com sua controladora.

O Estatuto da CEB Geração S/A, em seu art. 8º, estabelece que a Empresa atenderá o disposto na Lei n° 13.303/2016 por compartilhamento com a Companhia Energética de Brasília - CEB, a ser firmado mediante instrumento próprio.

Assim, por meio da Resolução nº 044, de 26.12.2019, a Diretoria da CEB-G aprovou adesão ao compartilhamento das estruturas físicas de pessoal e documentos, disponibilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, por meio de seu Estatuto Social e de sua Resolução de Diretoria nº 089, de 19.1 1.2019, detalhados a seguir: a) Comitê de Elegibilidade; b) Estrutura de Auditoria Interna; c) Estrutura de Gestão de Riscos; d) Política de Gestão de Riscos; e) Manual de Gestão de Riscos; f) Política de Divulgação de Informações; g) Política de Transações com Partes Relacionadas; h) Código de Conduta e Integridade; i) Programa de Integridade; e j) demais estruturas, funções, documentos, e revisões de documentos associados à conformidade e à integridade adotados ou que venham a ser adotados pela Companhia Energética de Brasília.

No que se refere especificamente à Carta de Governança e Políticas Públicas a CEB Geração S/A, considerando que não dispõe de Conselho de Administração (Lei 6.404, art. 138, § 2º, e 143), órgão responsável por subscrever a referida Carta, optou pela adoção da sistemática estabelecida no artigo 9º do Decreto nº 37.967/17. Segundo essa norma, a empresa estatal caracterizada como companhia fechada pode cumprir os requisitos de transparência previstos no artigo 8º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, mediante consolidação das informações no relatório da administração que acompanha as demonstrações financeiras anuais.

GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL

O Lago Paranoá é de uso múltiplo com atividades de pesca amadora, geração de energia elétrica, esportes aquáticos, recreação, diluição de efluentes, captação de água, além de ser um ponto de atração turística devido a beleza paisagística, com áreas de praias e locais para diversão em suas margens.

A Companhia é responsável pelo monitoramento e manutenção da cota do lago Paranoá e da vazão remanescente, conforme determinado pela ADASA, por meio de Resolução, atualizada anualmente em dezembro. Para tanto, realiza, mediante contratação de empresa especializada, o serviço de operação, manutenção e transmissão de dados hidrometeorológicos, por meio de 4 estações, que monitoram vazão, cota, chuva no Lago Paranoá, nos afluentes e defluente, localizadas na tomada d'água da PCH Paranoá, jusante da barragem Paranoá e nos afluentes Ribeirão Bananal e Ribeirão Cabeça de Veado .

Em 2021, a cota do lago foi mantida entre os valores máximo de 1.000,80(m) e mínimo de 999,80(m), conforme determinado diariamente na Resolução ADASA no 21 de 14 de dezembro de 2020. A manutenção da cota entre os valores máximo e mínimo tem influência no clima de Brasília, principalmente, no período seco, contribuindo para melhorar os níveis de umidade relativa do ar, bem como viabilizar o aproveitamento pelos diversos usuários.

Em razão da Pandemia, foram suspensas as visitas de alunos da rede pública e privada, bem como de faculdades de ensino, órgãos reguladores, onde são dadas informações quanto ao uso racional de energia e ao seu processo de geração, transmissão e distribuição, abordando ainda as questões relacionadas com o meio ambiente, incluindo a importância da preservação das bacias hidrográficas.

Destacamos também que, devido a topografia da área e das instalações da PCH Paranoá, a equipe do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF realizou vários treinamentos estratégico de sua corporação.

Cabe ressaltar que a responsabilidade socioambiental da Empresa se destaca pela manutenção da cota do lago Paranoá e da vazão remanescente nos parâmetros definidos pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA, realização de visitas técnicas de estudantes de diversas formações e atendimento de todas as condicionantes ambientais previstas na Licença de Operação N° 011/2015.

RECURSOS HUMANOS

A CEB Geração S/A não possui quadro de empregados próprios. Em 2021 a equipe foi composta por 01 (um) Diretor-Geral, 01 (um) Diretor, 03 (três) requisitados, sendo 1 engenheiro, 1 contador e 1 auditor, mais 04 (quatro) empregados ocupantes de Cargo em Comissão – EC (apoio técnico e administrativo) e 3 (três) membros do Conselho Fiscal.

Essa estrutura está bem aquém da necessidade da empresa, que tem operado no limite administrativo e técnico, impossibilitando a divisão das atividades, e consequentemente a sobreposição das mesmas. A árdua tarefa dos colaboradores advindas das demandas legais da ANEEL , ADASA, IBRAM, TCDF, CREA, Receita Federal, entre outras, tem levado ao exaurimento das condições ideias de trabalho.

A manutenção e operação da PCH Paranoá é realizada por empresa terceirizada e especializada, contratada mediante regular processo de licitação.

Treinamento e Desenvolvimento

No exercício de 2021 foram realizados os seguintes treinamentos:

- Política de Gestão de Risco – Vila dos Games;
- Código de Conduta e Integridade – M&M Capacitação Empresarial;
- Legislações Anticorrupção e de Improbidade Administrativa – M&M Capacitação Empresarial;
- CEBLic – LS Consultoria;
- Lei das Águas – Agência Nacional de Águas – ANA;
- XXXVII Encontro Nacional de Contadores do Setor de Energia Elétrica -ABRACONEE;
- Membro Titular do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal;
- Membro Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica Dos Afluentes Do Rio Paranaíba no Distrito Federal;

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia possui atualmente 01 empreendimento em operação, com uma capacidade instalada própria de 30 MW e garantia física de 12,23 MW médio, a Pequena Central Hidrelétrica Paranoá – PCH Paranoá.

A PCH Paranoá é do Tipo III, cuja programação e despacho é não centralizado, sendo portanto de responsabilidade da CEB Geração S/A. A produção de energia elétrica, em 2021, foi equivalente a 9,3 MW médio apresentando uma queda de 22,5% em relação ao ano de 2020. O principal fator que levou à piora da produção de energia elétrica foi a queda da afluência, em virtude da crise hídrica e também a ineficiência na sua geração em virtude do maquinário ser da década de 1960.

Contexto Econômico do Setor Elétrico

O ano de 2021 foi marcado por um período de estiagem muito forte na região Sudeste/Centro-Oeste, provocado principalmente pela falta de chuvas no primeiro trimestre do ano, o que não promoveu o reabastecimento dos reservatórios gerando uma crise hídrica entre os meses de junho e setembro, forçando o uso de termelétricas. Ao mesmo tempo, foi possível verificar uma retomada gradual da economia, graças a liberação do comércio e indústria em todo o território nacional por parte do governo. Isso se deu graças a melhora do cenário pandêmico que estava sendo vivido. Assim, em janeiro de 2022, a EPE (Empresa de Pesquisas Energéticas) levantou que durante o ano de 2021 houve um crescimento na carga do SIN de 5,0%. Isso acabou provocando um aumento do PLD, levando-o ao limite superior de valor (R$583,88) durante o período da crise e levando o custo da energia a patames acima dos R$2.500,00/MWh.

Porém, ao final do ano, entre os meses de novembro e dezembro, diferentemente dos primeiros meses do ano, houve uma grande recuperação dos índices de chuvas, principalmente devido a incidência do fenômeno La Niña, o que trouxe um reabastecimento dos reservatórios das principais bacias de todo o país, inclusives as pertencentes à região SE/CO, o que provocou uma forte queda nos valores do PLD.

Com isso, ficou notável a grande volatilidade que o cenário hidroenergético sofreu no último ano. Ao final do mês de novembro de 2021, foi estimada uma média de ajuste do MRE (GSF) de 72,9%, indicando assim um déficit hidrológico ainda maior do que o registrado em 2020, que foi de 80,2%.

Contexto Operacional

A concessão de geração de energia elétrica relativa à Central Geradora Paranoá passou por diversas alterações ao longo do tempo, de 1969 até os dias atuais, sendo Concessionária de Serviço Público, Produtor Independente de Energia e Prestador de Serviço de Geração de Energia.

A partir de abril de 2020, a CEB Geração S/A passou a atuar no mercado de energia com tarifa regulada e protegida dos efeitos nocivos oriundos do déficit hidríco no setor. A CEB Geração S/A é atualmente uma concessionária responsável pela "Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica", por meio da PCH Paranoá, sendo remunerada conforme o regime de cotas de garantia física.

Assim, após o fim de sua concessão em abril de 2020, a receita oriunda da comercialização de energia da CEB Geração S/A passou a ser proveniente do regime de cotas de garantia física. Passando a ter direito à Receita Anual de Geração (RAG), que funciona como uma remuneração pela disponibilização de sua garantia física às distribuidoras participantes do citado mecanismo.

De forma geral, a RAG cobre os custos regulatórios da operação, manutenção, administração, remuneração e amortização da Usina Paranoá, acrescido dos encargos e tributos.

A receita oriunda da RAG para os meses de julho de 2020 a junho de 2021 foi de aproximadamente R$10,388 milhões. Além disso, para o próximo ciclo, que consiste nos meses de julho de 2021 a junho de 2022, a RAG total definida pela ANEEL foi de R$ 11,409 milhões.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2021, a CEB Geração S/A comercializou através do Regime de Cotas de Garantia Física. Com o déficit hídrico no setor e Ajuste do MRE ou Generation Scalling Factor – GSF com fechamento médio de 73% no ano de 2021, o desafio do cenário hidrológico se manteve para os geradores. Contudo, a CEB Geração S/A repassou todo o custo das operação do mercado de curto prazo aos consumidores, dado que no regime de cotas, o consumidor assume os riscos hidrológicos da usina.

Em se tratando da manutenção e operação, ela é realizada por empresa terceirizada, ficando a CEB Geração S/A responsável por sua coordenação, diretrizes, fiscalização, realizando a programação de geração e sua execução, aprovação do plano de manutenção e sua execução, mantendo ambas essas atividades dentro do padrão estabelecido para o setor pela ANEEL. Em virtude da idade da usina, mais de 60 anos em operação, é necessário e imprescindível a realização de modernização do seu parque gerador para a garantia da qualidade da sua produção de energia elétrica, bem como atendimento ao demando no Contrato pela ANEEL. Destacamos que desde 2015 a usina vem sofrendo com a crise hídrica, que tem impactado todo o setor de geração, diminuindo assim a sua produção de geração anual.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Estudo realizado no Aterro sanitário de Brasília, conhecido como Lixão da Estrutural, levou ao registro na ANEEL e execução do projeto de P&D intitulado *Hibridização de Fontes de Geração de Energia Elétrica como Alternativa Tecnológica de Remediação Ambiental de Áreas Degradadas por Resíduos Sólidos Urbanos.* O projeto foi finalizado e auditado em junho de 2021.

Um novo projeto de Pesquisa e Desenvolvimento foi contratado em 2020, intitulado "Software AINOA - Sistema de Monitoramento de Patologias Internas em Barragens de Terra e Encoramento Fundamentado em Inteligência Artificial e Internet das Coisas: Caso de Estudo da Barragem do Paranoá-DF", com prazo para conclusão em abril de 2022.

INVESTIMENTOS

Em 2021 foram feitos importantes investimentos relacionados com a manutenção da Barragem e da produção de energia da PCH Paranoá, cabendo destacar:

INVESTIMENTOS - CONCLUÍDOS E INICIADOS EM 2021	R$ Mil
Estudo de Estabilidade da Barragem	835
Aquisição de Transformador de Serviços Auxiliares 225 KVA	44
Aquisição de Sonda de Nível Hidrostática;	2
Aquisição de Válvulas Gaveta FF	7
Aquisição de Equipamentos de Informática, Móveis e Utensílios	144
Troca do Sistema de Excitação da UG 01	565
Troca do Sistema de Excitação da UG 02	548
TOTAL	**2.145**

No Plano de Negócios 2022/2026 da Companhia, foram previstos investimentos na modernização dos equipamentos e estruturas da PCH Paranoá, os quais possibilitarão não apenas a diminuição dos seus custos de manutenção e operação mas, também, possibilidade de incremento de suas receitas e no resultado econômico-financeiro, viabilizando a capacidade de investimento da Companhia no longo prazo e possibilitando a implantação de novos negócios.

CEB GERAÇÃO - R$ mil		
INVESTIMENTOS PREVISTOS		
2022	Projeto Modernização da PCH Paranoá	2.000
	Aquisição de Equipamentos	60
	Atualização do Sistema de Informação	150
	Reforma dos sitemas Elétricos, mecânicos e obras da PCH P.	1.229
TOTAL INVESTIMENTOS 2022		**3.439**
2023	Modernização da Usina	10.000
2024	Modernização da Usina	10.000
2025	Modernização da Usina	10.000

AUDITORES INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com a orientação da CEB (Instrução CVM n 381), de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Berkan Auditores Independentes, firmado em 30/03/2020, para prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. Quanto a contratação de auditoria, a Companhia segue princípios para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

AGRADECIMENTOS

À Companhia Energética de Brasília – CEB, aos clientes e aos fornecedores, nosso reconhecimento pela parceria respeitosa e dinâmica construída, que contribuiu para o alcance dos resultados apurados. Em especial, a empresa agradece aos seus colaboradores, pelo empenho e dedicação determinantes para o atingimento dos objetivos da empresa.

A ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Eduardo Sá Roriz – Diretor-Geral

Priscila Paris Mendonça – Diretora

CONSELHO FISCAL

Luiz Cláudio de Freitas – Presidente

Candido Teles de Araújo

Joel Krüger

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2021	2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	24.455	20.918
Concessionários e permissionários	5	62	588
Serviços em Cursos	6	-	736
Outros Ativos Circulantes		2	3
		24.519	**22.245**
Ativo Não Circulante			
Depósitos Judiciais e Cauções		17	6
Bens e Atividades Não Vinculadas		75	-
Imobilizado	7	10.864	11.009
		10.956	**11.015**
Total do Ativo		**35.475**	**33.260**

PASSIVO	Nota	2021	2020
Passivo Circulante			
Fornecedores	8	320	233
Obrigações Sociais e Trabalhistas		155	134
Benefício pós-emprego		15	13
Tributos	9	239	210
Provisão para Litígios	10	16	1.200
Dividendos a pagar	11	1.023	8.040
Encargos Setoriais	12	458	1.367
Outros Passivos Circulantes		29	12
Partes Relacionadas	13	58	100
		2.313	**11.309**
Passivo Não Circulante			
Provisão para Litígios	10	1.200	-
Tributos Diferidos	14	131	160
		1.331	**160**
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		7.575	7.575
Reservas de lucros		21.187	11.011
Dividendos Adicionais Propostos		3.069	3.205
			-
		31.831	**21.791**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**35.475**	**33.260**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Geração de Riqueza		
Receitas:	**11.964**	**14.427**
Contratos	11.716	12.400
Energia de Curto Prazo	248	730
Energia Vendida - Leilão	-	1.297
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(5.019)**	**(6.152)**
= Valor Adicionado Bruto	**6.945**	**8.275**
Retenções	**(590)**	**(552)**
Depreciação	(590)	(385)
Amortização	-	(167)
= Valor Adicionado Líquido	**6.355**	**7.723**
+ Valor Adicionado Recebido em Transferência	**1.402**	**757**
Receitas Financeiras	1.356	757
Outras Receitas	46	-
= Valor Adicionado a Distribuir	**7.757**	**8.480**
Distribuição do Valor Adicionado	**7.757**	**8.480**
Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas		
Empregados:	**1.775**	**2.111**
Remuneração	378	761
Honorários	1.085	1.025
Encargos	312	325
Impostos, Taxa, Contribuições e Encargos Setoriais:	**1.833**	**1.924**
Federais	1.247	1.204
Estaduais	1	1
Encargos Setoriais	585	719
Remuneração de Capitais de Terceiros	**57**	**172**
Despesas Financeiras	57	172
Remuneração de Capitais Próprios	**4.092**	**4.273**
Retenção de Lucros	4.092	4.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	**16.1**	**10.953**	**13.192**
Custo com energia elétrica e operação	**16.2**	**(691)**	**(1.880)**
Lucro operacional bruto		**10.262**	**11.312**
Receitas / (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16.3	(6.705)	(6.946)
		(6.705)	**(6.946)**
Outras receitas operacionais			
Ganho na Alienações de bens		**46**	**-**
Resultado antes do resultado financeiro		**3.603**	**4.366**
Resultado financeiro	16.4		
Receitas financeiras		1.356	757
Despesas financeiras		(57)	(172)
		1.299	**585**
Resultado antes dos tributos e participações		**4.902**	**4.951**
Imposto de renda e contribuição social	**16.5**		
Contribuição Social Corrente		(260)	(220)
Imposto de Renda Corrente		(579)	(443)
Contribuição Social Diferida		8	(4)
Imposto de Renda Diferido		21	(11)
		(810)	**(678)**
Lucro líquido do período		**4.092**	**4.273**
Lucro básico e diluído por ação		**0,54**	**0,56**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 -
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro Líquido do Período	**4.092**	**4.273**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	**4.092**	**4.273**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela venda de energia elétrica	12.835	16.414
Recebimento de juros sobre aplicação financeira	999	531
Outros	73	46
	13.907	**16.991**
Saídas:		
Operações com Eneregia Elétrica	(696)	(711)
Fornecedores de materiais e serviços	(2.949)	(3.457)
Salários, remuneração e encargos	(3.009)	(3.307)
Recursos Hídricos	(474)	(583)
Doações, Contribuições e Subvenções	(10)	(11)
Pagamento de impostos	(1.232)	(1.270)
Encargos setoriais	(276)	(658)
Outros	(142)	(38)
	(8.788)	**(10.035)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**5.119**	**6.956**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(450)	(3.736)
Bens Não Vinculados (Terceiros)	(64)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimentos	**(514)**	**(3.736)**
Atividades de Financiamentos		
Pagamento de Dividendos	(1.068)	(2.324)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(1.068)**	**(2.324)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.537**	**896**
Saldo de caixa no final do exercício	24.455	20.918
Saldo de caixa no início do exercício	20.918	20.022
Variação do Caixa	**3.537**	**896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros				Dividendos a disposição da AGO	Lucros / Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de Investimento	Reserva Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**7.575**	**1.515**	**783**	**8.713**	**-**	**6.971**	**-**	**25.557**
Dividendos Declarados	-	-	-	-	-	(6.971)	-	**(6.971)**
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.273	**4.273**
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	3.205	(4.273)	**(1.068)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**7.575**	**1.515**	**783**	**8.713**	**-**	**3.205**	**-**	**21.791**
Transferência para Reserva de Investimento	-	-	-	3.205	-	(3.205)	-	**-**
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.092	**4.092**
Transferência do passivo para Reserva Especial	-	-	-	-	6.971	0	-	**6.971**
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	3.069	(4.092)	**(1.023)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**7.575**	**1.515**	**783**	**11.918**	**6.971**	**3.069**	**-**	**31.831**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA

CEB GERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 04.232.314/0001-70

Q SGAN 601 CONJ. H SALAS 14,16, 17 E 18 TERREO
ED. ÍON – ASA NORTE - Brasília - DF - CEP 70.830-010

CONTINUAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CEB GERAÇÃO S/A ("Companhia"), cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26/12/2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei 6.404/76.

Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n. º 318, de 14/09/2005, foi dada autonomia e independência à CEB GERAÇÃO. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia.

Em 10/12/2021, o MME deferiu, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, o Pedido de Prorrogação do Prazo da Concessão da PCH Paranoá, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016- ANEEL, celebrado entre a União e CEB Geração S.A., pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050 e convocou, mediante Ofício, a Concessionária para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016-ANEEL, no prazo de duzentos e dez dias, contados a partir da convocação.

1.1 A concessão

A concessão de geração de energia elétrica relativa à Central Geradora Paranoá passou por diversas alterações ao longo do tempo, de 1969 até os dias atuais, sendo Concessionária de Serviço Público, Produtor Independente de Energia e Prestador de Serviço de Geração de Energia.

A CEB Geração S.A., em dezembro de 2016, celebrou o Contrato de Concessão nº 001/2016-ANEEL, na qual passa a ser denominada Concessionária de Uso de Bem Público para geração de energia elétrica sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Seu objeto era a regularização da exploração da Pequena Central Hidrelétrica Paranoá, com 30.000 kW de potência instalada e Termo Final da Concessão em 29/04/2020.

Em 24/04/2020 foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria Nº 190 do MME, que designa a CEB Geração S.A. como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, com vistas a garantir a continuidade do serviço. Nesse novo cenário, a CEB Geração S/A passou a atuar no mercado de energia com tarifa regulada e protegida dos efeitos nocivos oriundos do déficit hídricos no setor.

Em 20/07/2021, a ANEEL definiu por meio da Resolução Homologatória nº 2.902, o valor da Receita Anual de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. O valor anual aprovado para a CEB Geração, de R$ 11.408, representa um aumento de 9,82% em relação à receita homologada em 2020 no valor de R$ 10.388. Nada obstante, a receita operacional líquida mensal teve uma redução de aproximadamente 50% em relação ao período sob regime de Produção Independente.

Em 13 de dezembro de 2021, foi publicado no DOU despacho do Ministro de Minas e Energia no qual resolve deferir o Pedido de Prorrogação de Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016 – ANEEL, celebrado entre a União e CEB Geração S/A, pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

1.2 Coronavírus ("COVID-19")

(a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

(b) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados. Entretanto, há possibilidade de inadimplência das distribuidoras que poderão ter impactos significativos no caixa da Companhia.

(c) Medidas para resiliência operacional e financeira

A Companhia continua trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus ("COVID-19"), priorizando o trabalho remoto para os grupos de risco, reforçando os protocolos de higiene com uso obrigatório de máscara, adequando o ambiente interno para garantir o retorno seguro dos empregados, após a vacina, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), retornando gradualmente os eventos internos, externos e viagens, dando preferência aos meios eletrônicos de comunicação, dentre outras iniciativas.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em passivos financeiros não mensurados a valor justo e ativos financeiros classificados como destinados à negociação, e são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos ou ajustado ao valor provável de realização, quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados pro-rata *temporis*.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Caixa e Equivalentes de Caixa, Concessionárias e Permissionárias e Outros Ativos Circulantes.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é Fornecedores.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras".

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

As contas Caixa e Equivalentes de Caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.3 Concessionárias e Permissionárias

Incluem a geração da energia elétrica faturada, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas, quando aplicável.

2.4 Imobilizado

Ativo imobilizado em serviço - AIS

• Bens e Instalações em função do serviço concedido:

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro – UC, e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização – ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

• Depreciação:

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE (Vide nota explicativa nº 7).

Referidas taxas foram avaliadas pela Companhia, tendo concluído que as mesmas refletem a vida útil do seu ativo imobilizado.

Ativo imobilizado em curso - AIC

Bens e instalações em formação ou construção.

2.5 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem ativos adquiridos de terceiros, e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente pela taxa de 20% a.a.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos – CPC 01

A Companhia entende não haver indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo imobilizado excede o seu valor recuperável. Para estimar o valor em uso do ativo foi utilizada a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Tal metodologia consiste na estimativa dos fluxos de caixa esperados que são descontados a uma taxa que reflita o custo de capital do empreendedor.

2.7 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.8 Plano previdenciário a empregados

A CEB Geração e demais empresas do Grupo são patrocinadoras da FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado à complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores.

O plano adotado é na modalidade de Contribuição Definida – CD e não possui avaliação a valor justo. O custeio do plano é feito por meio de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa.

2.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento dos contratos de venda de energia elétrica é efetuado mensalmente pela CEB GERAÇÃO, e a apuração da contabilização e liquidação dos valores transacionados no mercado de curto prazo é realizada pela CCEE.

2.10 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas e em seu julgamento, para que o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de provisão para contingências.

2.11 Receitas e despesas

Incluem os juros, variações monetárias incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data das demonstrações financeiras. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do período.

2.12 Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras.

2.13 Dividendos

A Companhia registra como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do seu lucro líquido, conforme determina a legislação. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas Demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no Patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto.

2.14 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar as distribuições e riquezas criadas pela empresa durante determinado período, e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

2.15 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas estimadas e créditos de liquidação duvidosa, considerando não haver risco atuais de perdas com estes créditos. A Companhia reavalia periodicamente seus recebíveis de modo a identificar tempestivamente qualquer risco relacionado aos recebíveis.

2.16 Encargos financeiros

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

2.17 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A contabilização das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo é de competência da CCEE, e está reconhecida pelo regime de competência, de acordo com informações fornecidas por aquela entidade e/ou por estimativa da área de comercialização da Companhia Energética de Brasília, quando essas informações não estão disponíveis.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando existem evidências de que o valor da receita e os custos associados possam ser reconhecido de maneira confiável, ser provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade e de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador.

A receita de energia é registrada conforme relatórios de apuração do regime de cotas de garantia física fornecidos e operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

2.19 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os valores apurados estão demonstrados conforme nota nº 16.5.

2.20 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2022.

3. BASES DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em aderência nas normas emitidas pelo "International Financial Reporting Standards" - IFRS. No caso específico destas informações foi adotado o IAS – "International Accounting Standards" nº 34, que reflete o pronunciamento técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 26 (R1) que trata da apresentação das demonstrações.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o líquido das atividades operacionais, nota nº 18.

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis foram emitidas e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações do CPC 15).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB de curto prazo. O valor desses instrumentos, reconhecidos nestas Demonstrações financeiras se aproxima ao de valor de mercado, mediante comparação de taxas de juros contratuais com as taxas de juros prevalecentes no mercado em operações similares na data e estão compostas como se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	-
Bancos conta movimento	-	10
Aplicações financeiras	24.454	20.908
Total	**24.455**	**20.918**

Vale ressaltar que após negociações entre o grupo CEB e Banco BRB foram concedidas taxas de rendimento de 108% do CDI, estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia	1	1
Energia de curto prazo	61	587
Total	**62**	**588**

Os valores a receber de concessionários e permissionários em 31 de dezembro de 2021, são emitidos pela CCEE, no regime de cotas e recebidos dentro do mês de faturamento. Em energia de curto prazo, o saldo refere-se a crédito, conforme sumário atualizado e emitido mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. Cabe ressaltar que a partir de maio de 2020, com o novo regime de exploração, passando a ser Prestador de Serviço Temporário, com exploração de potencial hidráulico em regime de cotas, o efeito do mercado de energia de curto prazo passa a ser nulo, permanecendo a contabilização mensal do saldo verificado no perfil relacionado às operações enquanto Produtor Independente de Energia-PIE.

6. SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/2021	31/12/2020
Pesquisa e desenvolvimento	-	736
Total	**-**	**736**

Refere-se à aplicação no Projeto de P&D, intitulado "Hibridização de Fontes de Geração de Energia Elétrica como alternativa Tecnológica de Remediação Ambiental de Áreas Degradadas por Resíduos Sólidos Urbanos".

Convênio firmado em 14/09/2018, com prazo de vigência inicial de 24 meses acrescidos mais 6 meses no segundo termo aditivo, entre as empresas: CEB Geração S.A., CEB Lajeado S.A. e a Fundação Universidade de Brasília – FUB com a Interveniência da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, o projeto foi finalizado e auditado em junho de 2021, ocorrendo a baixa do saldo da conta.

7. IMOBILIZADO

Os bens estão registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015.

a. Composição do Imobilizado

Descrição	Taxa Depreciação	Custo de Aquisição em 31/12/20	Adições/ Transferência em 31/12/21	Baixas / Transferências em 31/12/21	Custo de Aquisição em 31/12/21	Depreciação Acumulada em 31/12/21	Imobilizado Líquido em 31/12/21	Imobilizado Líquido em 31/12/20
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	4.898	663		5.561	(1.584)	3.977	3.433
Edificações, obras civis e benfeitorias	2% a 4%	4.640	7		4.647	(3.164)	1.483	1.579
Maquinas e equipamentos	2,5% a 16,67%	9.538	94	(68)	9.564	(4.639)	4.925	5.166
Veículos	14,29%	90	-	(83)	7	(7)	-	
Móveis e utensílios	6,25%	135	96	(47)	184	(58)	126	50
Sistema de transmissão de conexão								
Maquinas e equipamentos	2,86% a 4%	564	-		564	(369)	195	213
Imobilizado em curso								
Máquinas e equipamentos		47	111		158	-	158	47
Reservatórios, barragens e adutoras		521	142	(663)	-	-	-	521
Total do imobilizado		**20.433**	**1.113**	**(861)**	**20.685**	**(9.821)**	**10.864**	**11.009**

b. Movimentação do Imobilizado

Descrição	Taxa	Imobilizado líquido em 31/12/2020	Adições	Transfe-rências	Baixas	Depreciação	Imobilizado líquido em 31/12/2021
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	3.433	-	663	-	(119)	3.977
Edificações, obras civis e benfeitorias	2% a 4%	1.579	7	-	-	(103)	1.483
Máquinas e equipamentos	2,5% a 16,67%	5.166	94	-	-	(335)	4.925
Móveis e utensílios	6,25%	50	96	-	(13)	(7)	126
Sistema de transmissão de conexão							
Máquinas e equipamentos	2,86% a 4%	213	-	-	-	(18)	195
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos		47	111			-	158
Reservatórios, barragens e adutoras		521	142	(663)		-	0
Total do imobilizado		**11.009**	**450**	**0**	**(13)**	**(582)**	**10.864**

O total do imobilizado, R$ 10.864 (líquido da depreciação acumulada) é decorrente, em sua maioria, da transferência de ativos da CEB no processo de desverticalização, ocorrido em 12 de janeiro de 2006. Dentre as adições ocorridas até dezembro de 2021, refere-se principalmente ao projeto de integridade e estabilidade da barragem da PCH Paranoá, modernização, reparo e adaptações do sistema de excitação das unidades geradoras 01 e 02, aquisição de máquinas, equipamentos e móveis.

Foi realizado a análise de impairment sobre os ativos da Companhia em 31/12/2021, por meio da elaboração de fluxo de caixa descontado e não se identificou necessário a provisão de valor recuperável dos ativos a ser contabilizada nesta data.

8. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de uso da rede elétrica	46	-
Materiais e serviços	274	233
Total	**320**	**233**

Referem-se substancialmente, a valores devidos de fornecedores de matérias e serviços.

9. TRIBUTOS

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	113	85
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	59	53
PIS	7	6
COFINS	31	28
INSS pessoa jurídica	8	12
IR/ CSRF	19	22
ISS	2	4
Total	**239**	**210**

Os Tributos estão compostos pelos valores devidos do IRPJ e da CSLL relativos ao 4º trimestre, pelas contribuições sociais para o PIS, COFINS e os impostos e contribuições retidos dos fornecedores de serviços.

Mesmo com a redução da RAG, a Companhia registrou um montante superior dos valores com IRPJ e CSLL no 4º trimestre de 2021, em relação a 2020, motivada pela elevação da receita financeira e das atualizações dos recebíveis do mercado de curto prazo.

10. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

10.1 PASSIVOS CONTINGENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para litígios (Curto Prazo)	16	1.200
Provisão para litígios (Longo Prazo)	1.200	-
Total	**1.216**	**1.200**

Processo AP Nº 2017.08.1.004578-5 MPDFT X CEB Geração S.A. e outros – a Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural – 2ª PRODEMA/MPDFT Trata-se da denúncia em face de CAESB, ADASA e CEB Geração, pela suposta prática de crime ambiental imputado às Pessoas Jurídicas supramencionadas, onde segundo inquérito de apuração teriam concorrido decisivamente para massiva mortandade de peixes em zona ambiental de Área de Proteção Ambiental do rio São Bartolomeu, a jusante do barramento do lago Paranoá. O MPDFT, após não apresentar os termos e condições do sursis, pugnou pelo prosseguimento do feito, com a designação de audiência de Instrução e Julgamento, que fora acatada pelo magistrado e ainda não há indicação da data. Os Consultores Jurídicos da Companhia entendem que é provável a perda, com valor estimado de R$ 1.200.

Processo Nº 0000674.25.2020.5.10.0017 – Empresa Souza e Silva Serviços Empresariais e CEB Geração - 17ª Vara do Trabalho de Brasília-DF – Trata-se de verbas rescisórias de Antonio Carlos da Silva, sentença desfavorável a empresa e condenação subsidiaria da CEB G. A empresa apresentou Recurso ao TRT da 10ª Região e foi negada. O contrato com a empresa Souza e Silva foi cancelado por desrespeito as cláusulas contratuais. A empresa Souza e Silva fez um acordo e se comprometeu nos autos a pagar o valor do reclamante. O Consultor Jurídico da Companhia entende que é provável a perda, com valor estimado de (R$ 16).

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais trabalhistas, cíveis e ambientais com risco de perda classificados como possíveis (R$ 193) e remotos, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2021.

10.2 ATIVOS CONTINGENTES

Processo: 0019156-32.2016.4.01.3400 9ª VARA JFDF - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE - Ação Ordinária – Trata-se de ação de proteção contra liminares de terceiros sobre valores de GSF, resguardar as autoras dos ônus financeiros decorrentes das decisões judiciais que limitam o fator GSF em favor de terceiros.

Em 30/11/2020, teve início o julgamento dando provimento à apelação defendida pelo escritório representante das empresas titulares da referida ação (CEB Geração, CEB Participações, CEB Lajeado e Corumbá Concessões). Em 30/04/2021, os autos foram conclusos para decisão. Caso haja trânsito em julgado desfavorável para as Autoras, terão que arcar com os ônus financeiros de eventuais decisões de terceiros relativas ao Fator GSF, os quais serão recontabilizados pela CCEE. O valor é ilíquido no presente momento. O escritório contratado que acompanha a demanda, classifica a probabilidade de êxito como possível, sendo esse assunto acompanhado pela Companhia de forma sistemática. O valor da causa é estimado em R$ 129.181

11. DIVIDENDOS A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos Declarados	1.023	8.040
Total	**1.023**	**8.040**

a. A movimentação dos dividendos dos exercícios de 2020 e de 2021 está demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.324**
Dividendos adicionais propostos	6.972
Pagamento dos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2019	(2.324)
Dividendo mínimo obrigatório - exercício de 2020	1.068
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.040**
Reversão de dividendos adicionais propostos para Reserva especial	(6.972)
Pagamento de dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2020	(1.068)
Dividendo mínimo obrigatório - exercício de 2021	1.023
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.023**

b. Proposta de distribuição de dividendos:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	4.092	4.273
Dividendos obrigatórios (25%)	1.023	1.068
Dividendos adicionais à disposição da AGO	3.069	3.205
Total de dividendos	**4.092**	**4.273**
% sobre o lucro líquido	100%	100%

12. ENCARGOS SETORIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
P & D (a)	388	1.258
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (b)	2	-
Taxa de Fiscalização ANEEL (c)	3	2
Recursos Hídricos (c)	65	107
Total	**458**	**1.367**

(a) P&D

A Companhia, como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica por meio da Usina Hidrelétrica, é obrigada a aplicar o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional, após deduções, em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

(b) CDE

Em 31/03/2021 foi assinada a Lei 14.120, que visa destinar recursos disponíveis para investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), eficiência energética (EE) e recursos gerados no período entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025 ao fundo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em favor da modicidade tarifária.

Cabe ressaltar que essa lei tende a prover recursos para a CDE sem prejudicar os investimentos em andamento ou novos investimentos, tendendo a preservar a destinação de até setenta por cento (70%) desses montantes a esses projetos contratados ou em fase de contratação e o restante destinado à CDE, até 31 dezembro de 2025.

Com a nova lei, o montante destinado para projetos de pesquisa e desenvolvimento pode ser dividido em duas partes: a) PASSIVO (valores acumulados até 01/09/2020). Para o cálculo desses valores, deve ser feita uma dedução do saldo acumulado disponível menos os montantes destinados a contratos firmados ou em processo de análise e aprovação, e b) CORRENTE, para o período compreendido entre 01/09/2020 e 31/12/2025.

O valor referente ao saldo do passivo e o valor corrente do período de setembro de 2020 até fevereiro de 2021, serão repassados a conta CDE em abril de 2021, e para os próximos meses serão repassados os valores referentes ao segundo mês anterior do mês do vencimento, conforme despacho ANEEL nº 904 de 30/03/2021.

(c) Referem-se aos valores devidos de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CMPFRH, bem como a Taxa de Fiscalização fixada através de despacho da ANEEL.

13. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2021		31/12/2020	
	PASSIVO	DESPESA	PASSIVO	DESPESA
Custo de uso da rede elétrica – CUSD (a)	-	(116)	61	(712)
Pessoal requisitado – CEB Distribuição (a)	-	(72)	39	(585)
Pessoal requisitado – CEB IPES (b)	37	(229)	-	-
Aluguel – CEB Holding (c)	21	(118)	-	-
Outros reembolsos – CEB Holding (d)	-	(13)	-	-
TOTAL	**58**	**(548)**	**100**	**(1.297)**

(a) Valores devidos à CEB Distribuição S/A referente ao custo de uso da rede elétrica – CUSD e pessoal requisitado, considerados até fevereiro de 2021 em função da privatização da Companhia.

(b) São decorrentes de pessoal requisitado da CEB Iluminação Pública e Serviços S/A – CEB IPES, contabilizados a partir de 01 de março de 2021. O resultado de suas operações está de acordo com as condições normais e valoração de mercado.

(c) Com a alienação da CEB Distribuição S.A. e a locação do imóvel sede daquela distribuidora com todas as suas instalações para o novo acionista, tornou-se necessária a mudança do Grupo CEB para uma nova sede. Com isso, o valor refere-se a despesa com ressarcimento para a CEB Holding de área ocupada pela companhia em salas comerciais.

(d) São decorrentes de pagamentos de serviços de limpeza, vigilância e energia elétrica, conforme critérios de rateios de despesas compartilhadas pelo grupo na nova sede.

14. TRIBUTOS DIFERIDOS

O valor de R$ 131 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 160 em 31 de dezembro de 2020), refere-se à apropriação de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os rendimentos financeiros do período menos os rendimentos financeiros resgatados das aplicações de renda fixa, a serem tributados conforme sua efetiva realização, prevista na IN 1.700/2017.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito da Companhia está dividido em 7.575.212 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da CEB.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

A constituição da reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, segundo o art.193 da Lei 6.404/76.

Reserva de investimento

A 18ª Assembleia Geral Ordinária aprovou a criação de Reserva de Investimento para atendimento as demandas advindas do Governo e órgãos reguladores nas atividades de prevenção e segurança da Barragem do Paranoá, conforme previsto na Lei nº 12.334/2010 e no Plano de Manutenção e Operação da PCH Paranoá.

Reserva especial

Conforme consignado no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as informações contábeis intermediárias da CEB Geração S/A, referentes ao 1º ITR de 2021, com a realização da Assembleia Geral Ordinária – AGO, em 20 de abril de 2021, e realizada a aprovação das demonstrações contábeis e respectiva distribuição do resultado do exercício de 2020, a questão dos dividendos a pagar referentes ao exercício de 2019 restou equacionada, de modo que os valores foram reclassificados para o Patrimônio Líquido em Reserva Especial no montante de R$ 6.971

CEB GERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 04.232.314/0001-70

Q SGAN 601 CONJ. H SALAS 14,16, 17 E 18 TERREO
ED. ÍON – ASA NORTE - Brasília - DF - CEP 70.830-010

CONTINUAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	998	566
Descontos financeiros obtidos	7	13
Multas compensatórias	-	12
Atualização - mercado de curto prazo	188	166
Juros e correção monetária	163	-
Total das receitas	**1.356**	**757**
Despesas financeiras		
Atualização monetária	(50)	(90)
Descontos concedidos	-	(3)
Despesas bancárias	-	(2)
Ajuste de exposição financeira	(7)	(77)
Total das despesas	**(57)**	**(172)**
TOTAL	**1.299**	**585**

16.5. Impostos correntes e diferidos
Em 2006, a Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido. Os valores apurados estão demonstrados nos quadros abaixo:
Considera-se para apuração do imposto, o rendimento dos valores resgatados das aplicações financeiras, IN 1.700/2017, (Art. 216. Os rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa e os ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda variável serão acrescidos às bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido no período de apuração da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação, não lhes sendo aplicável o regime de competência referido no § 9º do art. 215).

	31/12/2021		30/12/2020	
Descrição	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receitas de suprimento	11.964	11.964	14.427	14.427
Outras receitas	403	403	191	191
Rendimentos financeiros tributados	1.054	1.054	522	522
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.414	2.893	1.867	2.444
Alíquota aplicável	15%	9%	15%	9%
	362	260	280	220
Adicional 10%	217		163	
TOTAL CORRENTE	**(579)**	**(260)**	**(443)**	**(220)**
Descrição	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Rendimentos financeiros a resgatar	(85)	(85)	45	45
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
TOTAL DIFERIDO	**21**	**8**	**(11)**	**(4)**

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inerentes às respectivas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

	31/12/2020		31/12/2021	
	Contábil	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado				
Caixa e bancos	1	1	10	10
Consumidores e permissionárias	62	62	588	588
Outras contas a receber	2	2	3	3
Fornecedores	320	320	233	233
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	24.454	24.454	20.908	20.908

17.1 Avaliação dos riscos financeiros
A Companhia gerencia os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.
• Risco de crédito - O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Este risco está diretamente relacionado às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de Concessionárias e permissionárias, entre outros. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. O risco decorrente da Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento no regime de cotas, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
• Risco de liquidez - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. A Companhia, em 31 de dezembro de 2021, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.
• Risco de mercado - é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía riscos de mercado associados a dívida.

18. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Conciliação do lucro do período com o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	2021	2020
Lucro Líquido do período	**4.092**	**4.273**
Depreciação	590	385
Amortização	-	167
Provisão de IRPJ/ CSLL	839	663
Tributos Diferidos	(29)	15
Baixa de Ativo Imobilizado	13	-
Ajuste no Resultado	**1.413**	**1.230**
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução Concessionários e permissionários	526	2.234
(Aumento)/Redução Depósitos Judiciais e Cauções	(13)	(6)
(Aumento)/Redução Serviço em curso	736	(356)
(Aumento)/Redução Despesas Pagas Antecipadamente	-	423
(Aumento)/Redução Outros Ativos Circulantes	(19)	(3)
Aumento/(Redução) Fornecedores	90	39
Aumento/(Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	21	5
Aumento/(Redução) Benefício pós-emprego	2	13
Aumento/(Redução) Tributos - Outros	(5)	(144)
Aumento/(Redução) Provisão para Litígios	16	-
Aumento/(Redução) Encargos Setoriais	(909)	106
Aumento/(Redução) Outros passivos circulantes	16	12
Aumento/(Redução) Provisão para Uso de Bem Público	-	(149)
Aumento/(Redução) Partes Relacionadas	(42)	(15)
Total	**419**	**2.159**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Pagamento de IRPJ/CSLL	(805)	(706)
	(805)	**(706)**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	**5.119**	**6.956**
Atividades de Investimento		
Bens Não Vinculados (Terceiros)	(64)	(3.736)
Aquisição de Imobilizado	(450)	-
	(514)	(3.736)
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Dividendos/ JSCP	(1.068)	(2.324)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(1.068)**	**(2.324)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.537**	**896**
Saldo de caixa no final do exercício	24.455	20.918
Saldo de caixa no início do exercício	20.918	20.022
Variação do Caixa e equivalentes de caixa	**3.537**	**896**

19. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia pautou sua conduta pela preservação do meio ambiente em respeito à legislação ambiental, cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Companhia.
Em 31 de dezembro de 2021, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:
• Continuidade do programa de visitas monitoradas às instalações da PCH - Paranoá. A CEB Geração recebe visitantes durante todo o ano. Os principais públicos são as escolas públicas e privadas, juntamente com as Universidades, além de órgãos públicos como a ANEEL e ANA. Essa atividade foi extremamente limitada em virtude da Pandemia.
• Manutenção da política de manter a cota do Lago do Paranoá conforme Resolução da ADASA, em níveis que permitam o uso múltiplo do reservatório, contribuindo com o paisagismo, a umidade da cidade e regulando as cheias a jusante da barragem.
• Ações de divulgação dos aspectos ambientais e da operação das usinas, durante as frequentes entrevistas para órgãos da imprensa escrita e televisionada. Essa atividade foi extremamente limitada em virtude da Pandemia.
• Cumprimento das condicionantes constantes da Licença de Operação N°011/2015.

20. SEGUROS DA COMPANHIA

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém a Administração está impossibilitada em contratar o seguro patrimonial por falta de interesse das seguradoras em apresentar propostas, por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 60, quase totalmente depreciada do ponto de vista contábil, mas em boas condições operacionais. Destacamos que como Serviço Temporário, não há obrigação regulamentar da contratação. Portanto, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui cobertura de seguro para seus ativos.

21. LUCRO POR AÇÃO

Cálculo de lucro por ação (em milhares, exceto valor por ação):

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas	4.092	4.273
Média ponderada de número de ações ordinárias	7.575	7.575
Lucro líquido básico e diluído por ação	**0,54**	**0,56**

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

A CEB Geração avaliou os eventos subsequentes até 25 de fevereiro de 2022, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria.

Brasília, 31 de dezembro de 2021.

Luiz Eduardo Sá Roriz
Diretor-Geral

Priscila Paris Mendonça
Diretora

Renata Rosa Ribeiro
Contadora - CRC 021789/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CEB Geração S.A.
Brasília - DF

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Geração S.A. ("CEB" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Geração S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade e Reservas de lucros
Conforme notas explicativas 1.1 e 15 das demonstrações financeiras, a Companhia obteve deferimento no pedido de prorrogação do contrato de concessão da PCH Paranoá em 13 de dezembro de 2021, pelo prazo de trinta anos, com término em 29 de abril de 2050.
Considerando o estado atual dos equipamentos e estruturas da PCH Paranoá, que datam do início da década de 1960 e, portanto, já se encontram em estado de elevada depreciação, vida útil comprometida, obsolescência tecnológica e risco operacional, torna-se essencial que a CEB Geração S/A elabore e implemente projeto de modernização e atualização tecnológica desses equipamentos e estruturas. Tais investimentos, inclusive, foram previstos no Plano de Negócios 2022/2026 aprovado pela Assembleia Geral em 21 de dezembro de 2021, na ordem de R$32 milhões.
Concomitante, observa-se que a parcela da reserva de lucros excedente ao valor do capital social, conforme art. 199 da Lei 6.404/76, devem ser aplicados na constituição de reserva de lucros a realizar ou no aumento do capital social, de modo a viabilizar a capacidade de investimentos necessária para fazer face às responsabilidades advindas da manutenção da Barragem do Paranoá, do Plano de Negócios aprovado pela AGO, bem como da prorrogação do contrato de concessão.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Cobertura de seguros
Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, conforme nota explicativa nº 20, a Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém a Administração está impossibilitada em contratar o seguro patrimonial por falta de interesse das seguradoras em apresentar propostas, por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 60, quase totalmente depreciada contabilmente, mas em boas condições operacionais. Destacamos que como Serviço Temporário, não há obrigação regulamentar da contratação. Portanto, em 31 de dezembro de 2021, os principais ativos, que incluem principalmente os ativos imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 28 de fevereiro de 2022.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7
Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2021, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Berkan Auditores Independentes S.S., emitido sem ressalvas, em 28.02.2022, com parágrafo de ênfase, nos termos abaixo:

"Ênfase

Continuidade e Reservas de lucros
Conforme notas explicativas 1.1 e 15 das demonstrações financeiras, a Companhia obteve deferimento no pedido de prorrogação do contrato de concessão da PCH Paranoá em 13 de dezembro de 2021, pelo prazo de trinta anos, com término em 29 de abril de 2050.
Considerando o estado atual dos equipamentos e estruturas da PCH Paranoá, que datam do início da década de 1960 e, portanto, já se encontram em estado de elevada depreciação, vida útil comprometida, obsolescência tecnológica e risco operacional, torna-se essencial que a CEB Geração S/A elabore e implemente projeto de modernização e atualização tecnológica desses equipamentos e estruturas. Tais investimentos, inclusive, foram previstos no Plano de Negócios 2022/2026 aprovado pela Assembleia Geral em 21 de dezembro de 2021, na ordem de R$32 milhões.
Concomitante, observa-se que a parcela da reserva de lucros excedente ao valor do capital social, conforme art. 199 da Lei 6.404/76, devem ser aplicados na constituição de reserva de lucros a realizar ou no aumento do capital social, de modo a viabilizar a capacidade de investimentos necessária para fazer face às responsabilidades advindas da manutenção da Barragem do Paranoá, do Plano de Negócios aprovado pela AGO, bem como da prorrogação do contrato de concessão."
O Conselho Fiscal registra que sua manifestação está lastreada no acompanhamento realizado no decorrer do exercício de 2021, bem como nos documentos e relatórios apresentados pela Direção da CEB Geração S.A., e ainda, na manifestação da Auditoria Independente a qual opinou no sentido de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Geração S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Dessa forma, nos termos acima registrados, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, e manifesta favoravelmente no sentido de que as mesmas se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Geração S.A.
Quanto à proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2021, cabe inicialmente destacar a manifestação da Direção da CEB Geração S.A., despacho Sei nº 81463554, de 07 de março de 2022, no seguinte sentido:
"(....)
Em 13 de dezembro de 2021, foi publicado no DOU despacho do Ministro de Minas e Energia no qual resolve "deferir o Pedido de Prorrogação de Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, ... integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016 – ANEEL, celebrado entre a União e CEB Geração S/A, pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050".
A prorrogação da Concessão, no entanto, não altera o regime de cotas, de modo que que as perspectivas de resultados financeiros da CEB Geração S/A nos próximos anos necessitam atenção e manutenção do equilíbrio do fluxo de caixa para garantia da sustentabilidade do negócio.
Diante disso, a Diretoria da CEB Geração vem adotando medidas de contenção de gastos para fazer face à redução das receitas operacionais decorrentes da alteração, pela ANEEL, do regime de exploração. Tais medidas objetivam a preservação do fluxo de caixa da empresa a fim de garantir o custeio e a continuidade dos investimentos na manutenção e operação da PCH e na Barragem do Paranoá.
Há que se considerar o estado atual dos equipamentos e estruturas da PCH Paranoá, que datam do início da década de 1960 e, portanto, já se encontram em estado de elevada depreciação, vida útil comprometida, obsolescência tecnológica e risco de continuidade das operações.
Assim, tendo em vista a manutenção de resultado operacional positivo em face das referidas medidas de sustentabilidade, e com a prorrogação do Contrato de Concessão, já deferido pelo Ministério de Minas e Energia, torna-se imperativo que a Companhia elabore e implemente projeto de modernização dos equipamentos e atualização tecnológica da PCH Paranoá, conferindo-lhe maior produtividade, segurança operacional e eficiência em sua capacidade de geração.
A modernização possibilitará não apenas a diminuição dos custos de manutenção da PCH Paranoá, mas, também, a manutenção e até mesmo o incremento de suas receitas, viabilizando a capacidade de investimento da Companhia.
Tais investimentos, inclusive, foram previstos no Plano de Negócios 2022/2026 aprovado pela Assembleia Geral em 21/12/21, na ordem de R$32 milhões, vez que o melhor momento para sua realização é durante os três primeiros anos da Concessão, período em que a produção da PCH não influencia no cálculo da Capacidade de Geração.
Nesse cenário, e também considerando que não se vislumbra a possibilidade de aporte de capital por parte da Controladora, torna-se de extrema relevância a reversão das reservas acumuladas a partir dos resultados positivos da própria Companhia em aumento do seu Capital Social, a fim de viabilizar a capacidade de investimentos necessária para fazer face às responsabilidades advindas do Plano de Negócios aprovado pela AG, bem assim da prorrogação do contrato de concessão.
.....
A receita operacional líquida da Companhia, em 2021, totalizou R$ 10.953 mil, com diminuição de 16,97% em relação ao ano de 2020. Tal variação se justifica em face do novo modelo de negócio da CEB Geração S/A, reestruturado, dada a alteração em seu regime de exploração, passando de Produtor Independente de Energia - PIE para Prestador de Serviço Temporário, com exploração de potencial hidráulico em regime de cotas.

				(R$ Mil)
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	***2021***	***2020***	***2019***	***2018***
Receita Operacional Bruta	*11.964*	*14.427*	*26.118*	*19.596*
Receita Operacional Líquida	*10.953*	*13.192*	*24.597*	*18.306*
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	*4.902*	*4.951*	*10.867*	*82.948*
EBITDA	*4.193*	*4.918*	*10.218*	*82.465*
Lucro Líquido (Prejuízo)	*4.092*	*4.273*	*9.295*	*56.009*

Observando os dados, nota-se uma tendência decrescente do resultado operacional. Este, portanto, o quadro que se apresenta:
Receitas líquidas declinantes a partir de maio de 2020, gerando resultados operacionais pequenos a partir de 2021, em face da assunção, pela CEB GERAÇÃO S/A, da Receita Anual de Geração – RAG válida durante o "Serviço Temporário de Geração de Energia Elétrica" e prorrogação da concessão;
Despesas crescentes com a Barragem e a PCH Paranoá, seja em razão de novas obrigações, seja em função da inevitável recuperação de equipamentos ultrapassados;
Tais fatos ***não*** *recomendam a distribuição total de dividendos, a fim de preservar a saúde e sustentabilidade financeira da Empresa nos próximos anos, possibilitando investimentos necessários à manutenção da Barragem e da PCH Paranoá, de modo que se propõe:*
a) Distribuição de 25% mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício:

DEMONSTRATIVO DA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DE 2021

	R$ (Mil)
Lucro Líquido do Exercício	*4.092*
(-) Reserva Legal - (5%)	*(0)*
Dividendos Declarados (25%)	*1.023*
Dividendos adicionais Propostos	*3.069*

Destaca-se que a proposta de distribuição de dividendos de 25% já foi apreciada e aprovada pelo Acionista Único, no Orçamento e Plano de Negócios da CEB Geração S/A, constante, respectivamente, nas atas da 77ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ACIONISTA ÚNICO DA CEB GERAÇÃO S.A., REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021 e 78ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ACIONISTA ÚNICO DA CEB GERAÇÃO S.A., REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021.
b) Incorporação das reservas de Investimentos, Especial e de Retenção de Lucros, que foram acumuladas a partir dos resultados positivos da própria Companhia nos últimos exercícios e dos dividendos adicionais relativos a 2021 em aumento do seu Capital Social, com consequente autorização da Assembleia Geral para a correspondente alteração estatutária:
Tais proposições encontram fundamento na Lei nº 6.404/76, arts. 199 e 202, § 3º a 5º."
Deve-se destacar ainda quanto à matéria o alerta emitido pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 28.02.2022, em seu Relatório de opinião, com parágrafo de ênfase, nos termos abaixo:
"...Concomitante, observa-se que a parcela da reserva de lucros excedente ao valor do capital social, conforme art. 199 da Lei 6.404/76, devem ser aplicados na constituição de reserva de lucros a realizar ou no aumento do capital social, de modo a viabilizar a capacidade de investimentos necessária para fazer face às responsabilidades advindas da manutenção da Barragem do Paranoá, do Plano de Negócios aprovado pela AGO, bem como da prorrogação do contrato de concessão."
Sendo assim, considerando a manifestação da Direção da CEB Geração S.A., bem como a ênfase apontada pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 28.02.2022, em seu Relatório de opinião, e ainda, a partir dos elementos constantes nas Demonstrações Financeiras e no Relatório de Administração, este Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente às propostas de Destinação do Resultado do Exercício de 2021 e de Aumento de Capital com incorporação das reservas, nos termos apresentados no despacho Sei nº 81463554.

Brasília, 07 de março de 2022.
LUIZ CLÁUDIO DE FREITAS
CANDIDO TELES DE ARAÚJO
JOEL KRUGER

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 11/04/2022 09:26:49 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/2018

ICP Brasil